

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

52 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 14 a 18/9/2020):

1. SESSÃO PLE	NÁRIA DO PE DISCURSO SOBRE O ESTADO DA UNIÃO	1	
2. SESSÃO PLE	NÁRIA DO PE OUTROS DEBATES	2	
	Moçambique: apoio da UE e da comunidade internacional	2	
	Relações entre a UE e África (Sahel, África Ocidental e Corno de África)	3	
	Resolução legislativa sobre o Fundo para uma Transição Justa	3	
	Mecanismo de Proteção Civil da UE - COVID-19	3	
	COVID-19: acesso a medicamentos e critérios comuns de coordenação	3	
3. RELAÇÕES	FUTURAS UE - REINO UNIDO	4	
4. COMISSÃO	EUROPEIA LEI DO CLIMA - REDUÇÃO DE EMISSÕES	4	
5. QFP 2021-27	NEXT GENERATION EU RECURSOS PRÓPRIOS	5	
	Recursos próprios	5	
	Next Generation EU - recomendações da Comissão Europeia	5	
6. COMISSÃO	EUROPEIA - AUDIÇÕES DOS NOVOS COMISSÁRIOS	7	
7. COMISSÃO	INTEROPERABILIDADE DAS APPS DE RASTREIO	7	
8. REUNIÕES I	DO CONSELHO DA UE	7	
	Cimeira UE-China	7	
	Reunião informal dos Ministros da Educação	7	
	Videoconferência dos Ministros do Mercado Interno e da Indústria	7	
9. OUTROS AS	SUNTOS	8	
	Prémio Sakharov - nomeados	8	
10. AGENDA I	DA PRÓXIMA SEMANA	8	
	Parlamento Europeu	8	
	Comissão Europeia	8	
	Conselho da União Europeia	8	



1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE | DISCURSO SOBRE O ESTADO DA UNIÃO

Na sessão plenária do PE, realizada esta semana, teve lugar a 16 de setembro o **Debate anual** sobre o **Estado da União**, em que a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, fez o discurso principal.



Foto: PE

O <u>debate</u> integral está disponível <u>aqui</u>, bem como as <u>intervenções dos líderes dos grupos políticos</u> <u>no PE</u>. tendo o PE criado um <u>site dedicado a esta ocasião</u>, com o contributo dos cidadãos. a Comissão Europeia também criou uma <u>página dedicada à dimensão estratégica</u> deste evento.

A Presidente da Comissão Europeia apresentou a sua <u>visão para uma Europa que saia mais</u> <u>forte da pandemia</u> e com uma nova vitalidade, sendo de destacar os seguintes temas (a lista das principais iniciativas apresentadas no discurso está disponível <u>aqui</u>):

- A resposta ao coronavírus e a proteção da saúde da Europa no futuro: a atual situação demonstra a necessidade de uma união mais forte na saúde, apelando a um debate sobre as novas competências de que a UE carece neste domínio, a realizar no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa. O programa EU4Health deve ser orientado para o futuro e devidamente financiado (criticando os cortes feitos no Conselho Europeu de 21 de julho), sublinhando a necessidade de reforço da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) e do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC). Finalmente, presidente comprometeu-se a criar um organismo europeu equivalente à BARDA (EUA) uma agência de investigação e desenvolvimento avançados no domínio biomédico. Foi anunciada a realização de uma Cimeira Global da Saúde, em Itália, durante o ano de 2021.
- <u>Uma UE que protege:</u> foi sublinhada a importância de reforçar a economia social de mercado europeia e de proteger os trabalhadores e as empresas dos choques externos, tendo sido prometida a apresentação de um quadro jurídico para a fixação de salários mínimos, frisando que «os salários mínimos são eficazes» e que «é altura de o trabalho compensar».
- Pacto Ecológico Europeu: foi anunciada a proposta de aumentar a meta da redução de emissões no horizonte 2030, de 40 % para pelo menos 55 %. Cerca de 30 % dos 750 mil milhões de EUR do instrumento europeu de recuperação #NextGenerationEU serão mobilizados através de obrigações verdes e que 37 % do financiamento será investido em objetivos do Pacto Ecológico Europeu, incluindo projetos-farol europeus hidrogénio, edifícios verdes e um milhão de pontos de carregamento elétrico.
- <u>Década Digital da Europa</u>: a «Europa tem agora de assumir a liderança no domínio digital ou será obrigada a seguir o caminho que outros desbravaram», tendo apelado

1



ao estabelecimento de um plano comum europeu para o domínio digital, que representará 20 % do orçamento do NextGenerationEU.

- <u>Uma Europa vitalizada num mundo frágil</u>: empenho da UE na revitalização e reforma do sistema multilateral (ONU, a OMC e a OMS), sendo que a Comissão apresentará uma proposta de <u>«Lei Magnitsky» europeia</u>. A Presidente von der Leyen instou os <u>Estados-Membros a serem corajosos</u> e a optarem por **uma maior utilização da votação por maioria qualificada no tocante às relações externas,** *«pelo menos no que diz respeito aos direitos humanos e à aplicação de sanções»*. Afirmou que a UE pretende um acordo global em matéria de tributação dos serviços digitais, mas que avançará sozinha se tal não for possível.
- Um novo Pacto sobre a Migração: será apresentado, no dia 23 o novo Pacto sobre a Migração, abolindo a lógica do sistema de Dublin e com uma abordagem baseada na humanidade, na solidariedade e numa «distinção clara entre os que têm o direito de permanecer e os que não têm esse direito». Manifestou esperança de que os Estados-Membros também assumam os seus compromissos, pois "A migração é um desafio europeu e toda a Europa deve fazer a sua parte».
- Estado de Direito: a Comissão irá adotar, até ao final de setembro, o s<u>eu primeiro</u> relatório anual sobre o Estado de direito, para todos os Estados-Membros, tendo garantido que os fundos da UE serão gastos sob salvaguarda do Estado de direito.
- Combate ao racismo, aos crimes de ódio e à discriminação: a Comissão apresentou, já após o discurso do Estado da União, um plano de ação europeu contra o racismo, que visa reforçar a legislação em matéria de igualdade racial e alargar o conceito de crime a nível da UE a todas as formas de crime e discurso de ódio, sejam elas baseadas na raça, na religião, no género ou na sexualidade.

Na mesma ocasião, Ursula von der Leyen, enviou também <u>uma carta de intenções</u> ao Presidente do PE e à Chanceler Angela Merkel, (Presidente do Conselho da UE), na qual detalhou as <u>ações que a Comissão tenciona empreender no próximo ano</u>. Esta informação tem particular relevância para a Presidência portuguesa do Conselho, no primeiro semestre de 2021, pois permite antecipar alguns temas que estarão na atualidade nesse período. Finalmente, a Comissão publicou uma <u>síntese dos compromissos cumpridos</u> no primeiro ano em funções.

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE | OUTROS DEBATES

Além do debate sobre o Estado da União, cumpre destacar o seguinte:

Moçambique: apoio da UE e da comunidade internacional

O PE adotou uma <u>resolução</u> (616 votos a favor, 13 contra e 57 abstenções) em que manifesta a sua profunda preocupação com a situação de emergência humanitária em Moçambique, que "tem vindo a deteriorar-se a um ritmo alarmante". Destaca-se que, "Apesar da brutalidade e da perda terrível de vidas, a situação em Cabo Delgado não conseguiu atrair a atenção internacional, o que significa que se perdeu tempo precioso para resolver o problema mais cedo". O PE insta a UE e os Estados-Membros a trabalharem em estreita colaboração com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e acrescenta que devem ser tomadas "novas



iniciativas diplomáticas, em particular dos Estados-Membros que partilham relações históricas e de amizade com o país".

Considera-se que a <u>próxima Cimeira UE-África representa uma excelente oportunidade para abordar melhor a questão desta tragédia humanitária</u> e para a UE intensificar o seu apoio às organizações regionais e continentais.

Intervieram neste debate os Deputados portugueses <u>Paulo Rangel (PPE)</u>, coautor da resolução <u>comum</u>, <u>Carlos Zorrinho (S&D)</u>, <u>coautor</u>, <u>Marisa Matias (CEUE/EVN)</u>, <u>coautora</u> e <u>Isabel Santos (S&D)</u>.

Relações entre a UE e África (Sahel, África Ocidental e Corno de África)

Foi aprovada uma <u>resolução</u> apelando a uma relação UE-África baseada na solidariedade e no respeito mútuo, com um forte investimento da UE na prevenção de conflitos (e.g. no <u>Sahel</u>) e instando à rápida adoção do Instrumento de Paz Europeu.

Resolução legislativa sobre o Fundo para uma Transição Justa

O PE adotou a sua posição sobre a proposta de regulamento que institui o Fundo para uma Transição Justa, alargando o seu âmbito do novo Fundo para uma Transição Justa, com a coesão social enquanto princípio orientador do apoio no âmbito do Fundo, um aumento dos recursos 25 mil milhões de euros, em comparação com os 11 mil milhões de euros propostos pela Comissão e o decréscimo para 7,5 mil milhões de euros acordado no último Conselho Europeu) e uma dotação específica para as regiões ultraperiféricas (Portugal, Espanha e França).

Mecanismo de Proteção Civil da UE - COVID-19

A proposta de <u>revisão do Mecanismo de Proteção Civil da UE</u> (rescEU) visa **melhorar a preparação da UE e dos Estados-Membros** face a diferentes tipos de situações de emergência, incluindo situações com uma dimensão de emergência médica. O <u>PE defende</u> que a <u>UE deve dotar-se</u> de um sistema mais rápido e flexível para responder a situações de emergência de grande escala, e que a Comissão Europeia deverá poder adquirir diretamente as capacidades necessárias para a <u>reserva de ativos rescEU</u>, de modo a constituir uma rede de segurança.

COVID-19: acesso a medicamentos e critérios comuns de coordenação

Numa outra resolução, o <u>PE propôs uma série de medidas para prevenir a escassez de medicamentos na UE</u>, agravada com a atual pandemia de COVID-19.

Além disso, o PE aprovou uma <u>resolução que defende a adoção de definições, critérios e</u> <u>metodologias de saúde comuns</u> para que os Estados-Membros e a Comissão possam dar uma resposta mais coordenada à COVID-19. Com o aumento recente de novos casos, cada país voltou a adotar medidas diferentes e descoordenadas (livre circulação de pessoas, como a quarentena obrigatória ou recomendada, testes à chegada ao território nacional, aplicação de critérios diferentes para a definição de áreas de risco e requisitos diferentes sobre a utilização de máscara).



3. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO

Demos nota, na <u>Síntese n.º 51</u>, da apresentação pelo Governo britânico do <u>Internal Market Bill</u>, um projeto de lei que visa legislar sobre o mercado de bens e serviços, além das ajudas de Estado, no Reino Unido (RU), incluindo <u>disposições que alteram o Protocolo relativo à Irlanda do Norte</u> acordado com a <u>Comissão Europeia</u> em outubro de 2019. A Câmara dos Comuns publicou um <u>briefing detalhado</u> sobre este processo legislativo, além da <u>habitual análise do estado da arte dos trabalhos</u> relativos à relação futura entre a UE e o Reino Unido.

Boris Johnson deu uma entrevista esta semana ao Sun, em que afirma que a decisão de não respeitar o direito internacional ao alterar o Acordo de Saída visa impedir a UE de ser "abusiva" relativamente ao RU, tendo o MNE Dominic Raab complementado ao afirmar que a é a UE que está a politizar a questão em torno da Irlanda do Norte. O Politico publica uma análise interessante dos posicionamentos de ambas as partes, destacando-se a referência que Michel Barnier fez esta semana ao impacto que a COVID-19 possa ter tido na mudança de estratégia britânica. Finalmente, importa notar que o próprio Acordo de Saída contém uma série de mecanismos de resolução de disputas que permitem às partes, no âmbito da Comissão Mista, discutir alterações materialmente do Acordo, o que - inclusive - já aconteceu em junho passado. Existe uma tramitação prevista no Tratado, sendo que o governo britânico optou por desencadear primeiro o processo legislativo interno, tendo agora anunciado a sua disponibilidade para debater as alterações no quadro da Comissão Mista, ainda que recusando a possível aceitação do resultado dessa arbitragem.

4. COMISSÃO EUROPEIA | LEI DO CLIMA - REDUÇÃO DE EMISSÕES

A Comissão Europeia apresentou esta semana o <u>plano para reduzir as emissões de gases com</u> <u>efeito da UE em, pelo menos, 55 % até 2030</u>, em comparação com os níveis de 1990. Esta nova meta baseia-se numa exaustiva avaliação dos impactos sociais, económicos e ambientais e sublinha a liderança mundial da UE, antes da próxima Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP26).

- O **Regulamento Lei Europeia do Clima**, proposto pela Comissão em março de 2020, visa consagrar no direito da UE o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050, sendo que a se propõe agora incluir a meta revista para 2030 nesse regulamento. <u>Principais elementos</u>:
 - <u>alteração da proposta</u> de lei europeia do clima: incluir a meta de redução das emissões em, pelo menos, 55 % até 2030, para o objetivo de neutralidade climática em 2050;
 - o PE e o Conselho devem confirmar esta meta de 55 % no âmbito do Acordo de Paris e a apresentá-la à CQNUAC até ao final do corrente ano;
 - propostas legislativas a apresentar até junho de 2021 para aplicar a nova meta: revisão e o alargamento do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE; adaptação do Regulamento Partilha de Esforços e do quadro aplicável às emissões resultantes do uso do solo; reforço das políticas em matéria de eficiência energética e energias renováveis; o reforço das normas em matéria de emissões de CO₂ para os veículos rodoviários.

Juntamente com o <u>Plano-alvo no domínio climático até 2030</u> e a sua avaliação de impacto (<u>parte 1</u> e <u>parte 2</u>), a Comissão adotou igualmente hoje uma <u>avaliação dos planos nacionais em matéria de energia e clima dos Estados-Membros para 2021-2030</u>: a UE está no bom



caminho para ultrapassar a presente meta de redução (pelo menos, 40 % até 2030), em especial graças aos progressos realizados na implantação das energias renováveis em toda a Europa.

5. QFP 2021-27 | NEXT GENERATION EU | RECURSOS PRÓPRIOS

Recursos próprios

O PE aprovou o seu <u>parecer legislativo</u> (455 votos a favor, 146 contra e 88 abstenções) sobre os recursos próprios, elaborado pelo Deputado <u>José Manuel Fernandes</u> (PPE), que aumenta o limite máximo desses recursos, permitindo à Comissão Europeia contrair um empréstimo de 750 mil milhões de euros para financiar o pacote de recuperação de resposta à crise da COVID-19. Cabe agora ao Conselho da UE adotar esta decisão, de modo a dar início ao processo de <u>ratificação pelos Parlamentos dos 27 Estados-Membros.</u>

O PE quer um **calendário juridicamente vinculativo para a introdução de novos recursos próprios,** propondo uma reforma ambiciosa do sistema, sendo que estas novas fontes de receitas da UE deverão cobrir os custos dos empréstimos contraídos ("Next Generation EU"):

- A partir de 1/1/2021: recurso próprio baseado nas receitas provenientes do regime de comércio de licenças de emissão da UE;
- A partir de 1/1/2023: recursos próprios baseados nas receitas provenientes de um imposto sobre os serviços digitais e no mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras;
- A partir de 1/1/2024: recurso próprio baseado num imposto sobre as transações financeiras;
- A partir de 1/1/2026: recursos próprios baseados numa matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades.

Intervieram neste debate os Deputados portugueses <u>José Manuel Fernandes (PPE)</u>, <u>correlator</u> (intervenção <u>inicial</u> e intervenção <u>final</u>), <u>José Gusmão</u>, <u>em nome do grupo CEUE/EVN</u> e <u>Margarida Marques (S&D)</u>, <u>correlatora para o quadro financeiro plurianual 2021-2027</u>.

Next Generation EU - recomendações da Comissão Europeia

A Comissão Europeia apresentou a sua estratégia anual para o crescimento sustentável em 2021, que inicia o ciclo do Semestre Europeu deste ano, tendo definido as orientações estratégicas para a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR). Este mecanismo é o principal instrumento de recuperação do NextGenerationEU, e disponibilizará, sob a forma de empréstimos e subvenções, 672 500 milhões de euros.

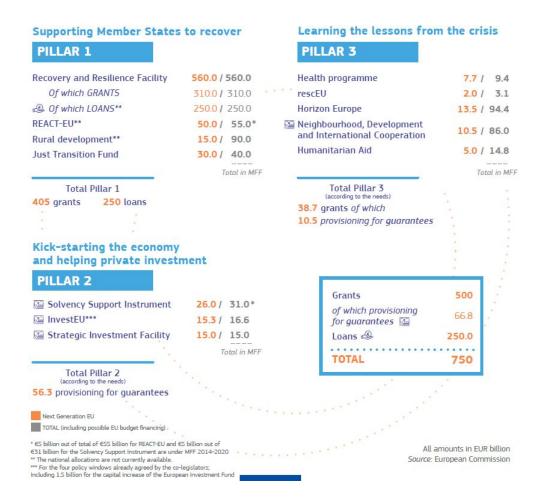
Para beneficiarem do MRR, os **Estados-Membros devem apresentar projetos de planos de recuperação e de resiliência,** que definam os programas nacionais de investimento e reforma em conformidade com os objetivos políticos da UE (a criação de emprego, a resiliência económica e social, as transições ecológica e digital). A Comissão apresenta, para este efeito, um **modelo normalizado para a apresentação dos respetivos planos** nacionais.



A Comissão incentiva os Estados-Membros a incluírem nos seus planos investimentos e reformas nos seguintes domínios emblemáticos:

- 1. Reforçar a capacidade energética: tecnologias limpas duradouras/energias renováveis.
- 2. Renovar: Melhoria da eficiência energética dos edifícios públicos e privados.
- 3. Recarregar e reabastecer: transportes, estações de carregamento e reabastecimento sustentáveis
- 4. Ligar: Implantação rápida de serviços de banda larga em todas as regiões
- 5. Modernizar: digitalização das administrações e serviços públicos (saúde)
- 6. *Expandir*: armazenamento em nuvem de dados industriais europeus e criação de processadores de vanguarda e sustentáveis com uma grande capacidade.
- 7. Requalificar e melhorar as competências: literacia digital

O prazo para a apresentação dos planos de recuperação e de resiliência nacionais é **30 de abril de 2021**. No entanto, os Estados-Membros são incentivados a apresentar projetos de planos preliminares a partir de <u>15 de outubro de 2020</u>. Finalmente, a Comissão <u>apresentou uma descrição da repartição dos fundos pelos diferentes pilares do Next Generation EU</u>, incluindo a <u>desagregação da concessão de subvenções a cada Estado-Membro</u>.





6. COMISSÃO EUROPEIA - AUDIÇÕES DOS NOVOS COMISSÁRIOS

A <u>Presidente da Comissão nomeou</u> <u>Mairead McGuinness</u> (PPE) como candidata designada a Comissária Europeia, atribuindo-lhe o <u>pelouro dos Serviços Financeiros</u>, Estabilidade Financeira <u>e União do Mercado de Capitais</u>. O pelouro do <u>Comércio internacional</u> será agora responsabilidade do <u>Vice-Presidente Executivo Valdis Dombrovskis</u> (PPE), que acumulará com a representação da Comissão no Eurogrupo. Tanto <u>Mairead McGuinness</u> e <u>Valdis Dombrovskis</u> terão agora de passar por <u>audições de confirmação no PE</u> que, em princípio. se realizarão no dia 12 de outubro. A <u>votação em Plenário</u> está prevista para o final de outubro.

Esta semana, foram conhecidas **as cartas de missão de Mairead McGuinness e de Valdis Dombrovskis**.

7. COMISSÃO | INTEROPERABILIDADE DAS APPS DE RASTREIO

De modo a **potenciar o uso das aplicações móveis de rastreio** de contactos de proximidade e de alerta com o objetivo de quebrar a cadeia de infeções devidas ao coronavírus, a <u>Comissão está</u> a criar um serviço de <u>acesso para a interoperabilidade</u> que permita ligar as aplicações nacionais em toda a UE. A Comissão deu início a testes entre os servidores de suporte das aplicações oficiais da República Checa, da Dinamarca, da Alemanha, da Irlanda, da Itália e da Letónia, e um servidor de acesso recentemente criado.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Cimeira UE-China

Estava prevista a realização, a 14 de setembro, da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo UE-China, adiada devido à situação pandémica. Por conseguinte, teve lugar uma cimeira por videoconferência entre o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a Chanceler alemã e Presidência em exercício do Conselho da UE, Angela Merkel, e o Presidente chinês Xi Jinping. Além da assinatura de um acordo bilateral que visa proteger contra a imitação e a usurpação 100 indicações geográficas europeias no mercado chinês, este encontro foi a oportunidade de dar seguimento ao diálogo realizado na 22.ª Cimeira UE-China (22 de junho). Os principais temas na agenda dos Líderes foram as questões comerciais e de investimento, as alterações climáticas e a biodiversidade, a resposta à pandemia de COVID-19, bem como questões internacionais. Está prevista a realização de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em 2021.

Reunião informal dos Ministros da Educação

Realizada a <u>16 e 17 de setembro</u>, em Osnabruque, para debater a educação vocacional e a formação, entre <u>outros temas</u>. Foi divulgado um <u>comunicado conjunto</u>.

Videoconferência dos Ministros do Mercado Interno e da Indústria

Teve lugar a <u>18 de setembro</u>, com o objetivo de debater a forma de aprofundar o mercado único com vista a uma recuperação robusta e uma Europa competitiva e sustentável, conforme consta da <u>nota informativa</u> da Presidência.



9. OUTROS ASSUNTOS

Prémio Sakharov - nomeados

Foram conhecidos esta semana os **nomeados para o <u>Prémio Sakharov do PE</u>**, atribuído anualmente para homenagear pessoas e organizações que defendem os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Este ano, há uma preponderância clara para a oposição democrática na Bielorrússia entre os propostos:

- A oposição democrática na Bielorrússia, representada pelo Conselho de Coordenação, uma iniciativa de mulheres corajosas e figuras políticas e da sociedade civil: proposto por PPE, S&D, Renew Europe;
 - Ativistas de Guapinol e Berta Cáceres, Verdes/EFA, GUE/NGL;
 - A oposição democrática na Bielorrússia, representada por Sviatlana Tsikhanouska: ECR
 - Mgr Najeeb Moussa Michaeel, Arcebispo de Mossul: ID;
 - Jakub Gawron, Paulina Pajak, Paweł Preneta e Kamil Maczuga, ativistas polacos LGBTI, fundadores da página web "Atlas of Hate": proposto por, Malin Björk, Terry Reintke, Marc Angel, Rasmussen Andersen e outros 39 membros do PE.

A 22 de outubro, a Conferência dos Presidentes do PE anunciará o vencedor e a **16 de dezembro terá lugar a cerimónia de entrega** do Prémio Sakharov em Estrasburgo.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada ao trabalho das <u>Comissões parlamentares</u>, destacando-se o debate sobre as <u>relações UE-China na Comissão de Assuntos Externos</u>, com a presença do <u>Embaixador chinês junto da UE</u>, uma <u>audição sobre vacinas COVID-19</u> na Comissão de Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar, a discussão sobre o <u>futuro do turismo na UE</u> ou o <u>diálogo UE-EUA sobre racismo e discriminação sistémica</u>.

Comissão Europeia

A próxima reunião do Colégio será no dia <u>23 de setembro</u>, com a apresentação do novo **Pacto** sobre Asilo e Migrações e do primeiro relatório anual sobre o Estado de Direito na UE.

Conselho da União Europeia

- 21/09: <u>Reunião Informal dos Ministros do Comércio</u> | <u>Conselho de Agricultura e</u> <u>Pescas | Conselho de Negócios Estrangeiros</u>
- 22-09: Conselho de Assuntos Gerais
- 24 e 25/09: <u>Reunião Especial do Conselho Europeu</u>

Bruxelas | 18 de setembro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.